



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

Parecer nº 02/2019 – CIS/ IFRS/RESTINGA

Porto Alegre, 08 de abril de 2019.

Ao Diretor-Geral do *Campus Restinga* do IFRS  
Senhor Gleison Samuel do Nascimento

**Assunto: Parecer sobre o memorando nº035/2018 – refere-se à nomeação da 45ª vaga de Técnico-Administrativo em Educação - *Campus Restinga*.**

Prezado Diretor-Geral,

Recebemos nova solicitação de parecer sobre a alocação do último código de vaga de Técnico-Administrativo em Educação, tendo em vista demanda efetuada pelo Conselho do *Campus Restinga*.

Entendemos a necessidade de maiores subsídios para o Conselho do *Campus* tomar essa decisão, assim como a eventual comparação com o processo de escolha de um código de vaga para Professor, em que a CPPD emite um parecer para subsidiar a decisão de conselho.

Porém, neste tocante cabe destacar, que embora as comissões tenham atribuições semelhantes, os planos de carreira são distintos, bem como a organização dos mesmos.

Enquanto os professores possuem atribuições delimitadas pela sua específica formação/área de atuação, bem como a sua respectiva carga horária (no sentido de horas/aula), os servidores Técnico-Administrativos em Educação, possuem atribuições mais generalistas e sem o devido dimensionamento das mesmas (Resolução N°05 que aborda essa questão é de 2012 - com um total de 54 cargos, sendo que a regulamentação atual determina 45 cargos).

Além destas peculiaridades as dificuldades aumentam em função das constantes modificações na Administração Pública com novas normativas emitidas pelo MPOG, TCU e AGU.

Portanto, esta comissão não possui base de dados ou formato de aferição para identificar em qual setor deve ser alocado o código de vaga. Atualmente, a decisão de alocação de código é uma questão de Gestão, tendo em vista ser ela que formula o plano de ação, bem como a forma em que se dará a sua atuação, os quais são auditados pelos órgãos de controle do Governo.

Diante do acima exposto esta Comissão mantém o entendimento do parecer 04/2018 que aponta para escolha de um código de vaga mais amplo em suas atribuições, considerando não ser possível prever até quando estaremos impedidos de aumentar nosso quadro de servidores, bem como a falta de uma política clara para a educação nos próximos quatro anos.

Atenciosamente,

Comissão Interna de Supervisão  
CIS – *Campus Restinga*